



Parecer nº 341/2022 – CGM

PROCESSO Nº 6/2022-00005

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídica, dentro da área específica da administração pública, a serem prestados ao Município de Paragominas – Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania – SEMUTRAN, nas demandas da junta administrativa de recursos de Infração - JARI.

Valor Global: R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.156.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania - SEMUTRAN.

CONTRATADA: RIBEIRO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.

1. PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

“Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

Rua do Contorno, 1212 – Centro – CEP: 68625-970 – Tel.: (91) 3729-8037 / 8038 / 8001 / 8002 / 8003 / 8004 / 8005 / 8006

CNPJ: 05.193.057/0001-78 – Paragominas – PA

CONTROLADORIA: controladoria@paragominas.pa.gov.br

Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado,
III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;
VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo.”

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

2. RELATÓRIO

Trata-se do Processo Licitatório, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 6/2022-00005, cujo objeto é a Contratação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídica, dentro da área específica da administração pública, a serem prestados ao Município de Paragominas – Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania – SEMUTRAN, nas demandas da junta administrativa de recursos de Infração - JARI.

O Valor Global do Processo será de R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.156.

Os documentos analisados foram encaminhados da CPL desta Prefeitura, no dia 17/05/2022, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Ofício nº 188/2022;
- II. Termo de Referência;
- III. Razão da Escolha do Fornecedor;
- IV. Justificativa;
- V. Atestados de Qualificação Técnica;
- VI. Justificativa;
- VII. Cópia de Contratos com outros entes;
- VIII. Autorização de Abertura;
- IX. Ofício nº 189/2022;
- X. Encaminhamento de Dotação Orçamentária;
- XI. Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- XII. Termo de Autuação;
- XIII. Portaria nº 03/2022-GPP e Publicação;
- XIV. Solicitação de Documentação



- XV. Documentos da Empresa;
- XVI. Declaração de Análise de Documentação;
- XVII. Parecer Técnico;
- XVIII. Declaração de Inexigibilidade de Licitação;
- XIX. Minuta do Contrato;
- XX. Solicitação de Parecer Jurídico;
- XXI. Encaminhamento de Parecer Jurídico;
- XXII. Parecer Jurídico nº 314/20225-SEJUR/PMP;
- XXIII. Ofício nº 801/2022 (Solicitação de Parecer Técnico do Controle Interno);

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

Não obstante, solicitamos que antes da eventual assinatura do Contrato Administrativo devem-se verificar todos os documentos relativos à regularidade da empresa a ser contratada.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o Parecer Jurídico onde foram citados os requisitos que amparam a celebração do contrato.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade Processo Licitatório, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 6/2022-00005, cujo objeto é a Contratação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídica, dentro da área específica da administração pública, a serem prestados ao Município de Paragominas – Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania – SEMUTRAN, nas demandas da junta administrativa de recursos de Infração - JARI, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.



Paragominas (PA), 24 de maio de 2022.

Jorge W. de A. S. Filho
Jorge Williams de Araújo Silva Filho
Controladoria Geral do Município

Jorge Williams de A.S. Filho
Controladoria Geral do Município
Prefeitura Municipal de Paragominas